

A LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a socialização como resultado do conhecimento da linguagem oral e escrita

Claudionor Gonçalves Melo Junior¹

Naomi Aimée dos Reis Melo²

***Eixo temático: 6-Alfabetização, cultura escrita, tecnologias educacionais e outras
linguagens***

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre a linguagem escrita na Educação Infantil e é fruto de estudos e vivências na prática pedagógica da Educação Infantil proporcionadas no decorrer da minha graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Este trabalho traz tais investigações numa perspectiva do direito da criança à escrita e à leitura, ressaltando a contribuição do trabalho docente para uma prática pedagógica dinâmica e atrativa, bem como destaca a importância de se considerar a escrita como instrumento de socialização das crianças. Utilizamos referenciais teóricos de estudiosos como Vygotsky (2007), Mortatti(2019), Freire (2021), entre outros. Trata-se de pesquisa qualitativa, com metodologia de pesquisa do tipo bibliográfico. Neste texto procuramos identificar práticas pedagógicas no trabalho com crianças da Educação Infantil no que diz respeito à linguagem oral e escrita, considerando-se que as crianças, desde a tenra idade, têm acesso à linguagem escrita e à leitura. Uma prática educativa que garanta o direito à leitura e à escrita por crianças pequenas deve ter um adulto com olhar sensível que possa ser mediador por meio de ações que promovam motivações, provocações, o gosto e a curiosidade das crianças pela escrita e pela leitura. Os resultados apontam que se faz necessário pensar no direito da criança à escrita e percebê-la como contributo no processo de socialização e para isto uma docência sensível é imprescindível para a garantia desse acesso de forma qualitativa.

Palavras-chaves: linguagem escrita; acesso à linguagem; socialização; interação; desenvolvimento.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a linguagem escrita na Educação Infantil, fruto de inquietações surgidas a partir das observações realizadas na experiência formativa da disciplina Estágio Supervisionado na Educação Infantil. Na

¹Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPa. claudionor.junior@iced.ufpa.br

²Graduanda em Enfermagem pela UEPA (Universidade do Estado do Pará), naomiimee28@gmail.com

experiência foi nítida a constatação de crianças de turmas da pré-escola sem as oportunidades de acesso à leitura e à escrita, sendo limitadas às práticas de cópias de letras como as vogais, sem um contexto significativo que pudesse relacioná-las à função social da escrita, que é a comunicação entre sujeitos.

Tal constatação gerou muitas dúvidas sobre o acesso, ainda na Educação Infantil, à leitura e à escrita e provocou a motivação pelo estudo sobre a temática posta neste trabalho. Considerando que o direito à leitura e à escrita não se inicia somente aos 6 anos na turma de Alfabetização do Ensino Fundamental, mas no processo de aprendizagens já iniciado desde o nascimento da criança em contato com a cultura letrada.

O trabalho com a leitura e a escrita junto à criança da Educação Infantil precisa considerá-la como sujeito histórico e social, pertencente a uma cultura, e propiciar situações que a aproxime da linguagem escrita. Nesse contexto, a prática pedagógica possui uma especificidade: por meio do contato com os bens culturais, mediados pelos parceiros mais experientes, as crianças aprendem, se desenvolvem e se humanizam. (VYGOTSKY, 2007).

Desta forma, na Educação Infantil, a leitura e a escrita não devem reproduzir práticas escolarizantes, como tarefas meramente técnicas, mas precisam ser compreendidas como atividades de expressão. De acordo com Mello (2006, p. 183), “a escrita precisa ser apresentada à criança como um instrumento cultural complexo, um objeto da cultura que tem uma função social”. Assim, é proporcionado às crianças o acesso à linguagem escrita em um contexto que faça sentido a elas.

Freire (2021) observa que o professor deve estar preparado para todas as inquietações e questionamentos oriundos das curiosidades comuns às crianças.

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente a sua sintaxe e a sua prosódia: o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosa e presente à experiência formadora do educando, transgredir os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. (FREIRE, 2021, p. 58).

Neste contexto, os professores são figuras indispensáveis ao processo de aprendizagem da linguagem escrita, por meio de uma prática docente sensível às necessidades educativas da criança e que instigue a atenção e provoque a curiosidade dos educandos, como o uso de livros, revistas e outras fontes de leitura que possam servir de instrumentos promotores de motivações para adentrarem no mundo da escrita.

Uma sociedade letrada, como a nossa, precisa valorizar e se empenhar para que a educação das crianças leve em consideração a necessidade e o direito das crianças em receber uma educação de qualidade. A BNCC, ao estipular os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, destaca o direito de:

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36).

Soares (2009) ao tratar sobre o processo de aquisição da escrita atribui o ato a uma questão social, que pode mudar a vida de quem tem acesso ao mundo letrado. Segundo Baptista (2010):

Espera-se que, nas creches e pré-escolas, os usos que se fazem da língua escrita, as funções que a ela se atribuem, os tipos e os portadores de textos disponibilizados, assim como as temáticas, as reflexões acerca dos conteúdos e da estrutura dos textos assegurem que a língua escrita seja parte constitutiva das interações entre os participantes e dos seus processos e estratégias interpretativas. Esse trabalho com a linguagem escrita na Educação Infantil deve ser pensado à luz das especificidades da infância a sua forma peculiar de se relacionar com o mundo por meio da imaginação e da brincadeira. (BAPTISTA, 2010. p.4)

O acesso às diversas formas de linguagem, além de uma questão de direito, também é capaz de transformar vidas, por meio de interações e socializações entre as crianças e seus pares, assim como a interação com os adultos, melhorando significativamente a socialização entre as pessoas.

Expressar-se como sujeito criativo e sensível, com diferentes linguagens, sensações corporais, necessidades, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas, registros de conhecimentos elaborados a partir de diferentes experiências, envolvendo tanto a produção de linguagens quanto a fruição das artes em todas as suas manifestações (BRASIL, 2017, p.62).

Neste contexto, a linguagem escrita é uma aprendizagem que é construída pelo infante, não é algo dado pronto por meio de transmissão, é criação e, neste sentido, ao propiciar um ambiente em que a criança possa entrar em contato e fazer uso da linguagem escrita na primeira infância é uma ação pedagógica necessária.

Para efeito didático, este artigo está dividido em cinco seções. Na primeira, a introdução, encontra-se a motivação que justifica a pesquisa, o objetivo, a metodologia e os autores base desta investigação. A segunda seção aponta a abordagem e o tipo de pesquisa. A seção de fundamentação teórica, discute os conceitos de uma prática pedagógica que possa considerar a curiosidade da criança como instrumento para motivação e acesso à linguagem escrita. Na quarta seção, Resultados e discussão, é enfatizada a importância da escrita como instrumento de socialização. E, nas Considerações Finais encontram-se algumas reflexões sobre como o direito da criança à leitura e à escrita precisa ser garantido, especialmente, por uma prática pedagógica permeada de sentidos, sendo elemento contribuinte e provocador de sua autonomia.

Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa foi a do tipo bibliográfica utilizando uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2009) a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A pesquisa bibliográfica parte da necessidade de um levantamento teórico sobre a temática que pudesse contribuir para o estudo e reflexões acerca da leitura e da escrita na Educação Infantil. A relevância do desenvolvimento dessa pesquisa está na identificação do debate teórico sobre o tema de interesse. Lima e Miotto (2007) afirmam que:

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. (LIMA;MIOTTO, 2007, p.38)

Assim, uma pesquisa bibliográfica parte de um posicionamento epistemológico, por isso não é um caminho aleatório de mapear todo e qualquer trabalho sobre o assunto, mas um cuidado com a escolha. Esta pesquisa, deste modo, é um estudo para aproximações e compreensão do objeto de estudo, que é a leitura e a escrita na Educação Infantil.

Neste sentido, os autores utilizados para debater a temática, aqui apresentada, partiu de meu posicionamento epistemológico que não poderia se aproximar de posturas tradicionais cujas práticas pedagógicas com a leitura e escrita na Educação Infantil parte de processos escolarizantes, como na aplicação de métodos de alfabetização, em um contexto conceitual equivocado. Assim nos aproximamos de autores como Vygotsky (2007), Mortatti(2019), Freire (2021), entre outros que tratam o assunto com respeito a autonomia do educando.

Referencial Teórico

As crianças procuram se comunicar desde o nascimento fazendo uso do corpo e de reações físicas para chamar a atenção dos pais, o choro, os sorrisos, os gestos, tudo significa algo que elas têm a dizer, o que necessita uma atenção especial dos pais e dos/as professores/as para compreender estas formas especiais e comuns aos bebês de se comunicar. Cairuga, Castro e Costa (2014, p. 123) afirmam que “[...] A comunicação inicial dá-se pelo choro, sorriso, grito, bocejo, gemido, etc., basicamente relacionados a reações fisiológicas dos bebês.”

Vale ressaltar a importância de reconhecer a criança como ser em potencial, que nasce como ser cognoscente, capaz de aprender, mas a aprendizagem é uma construção

social e, portanto, precisa da mediação de pessoas, da cultura, da inserção na sociedade e dos conhecimentos historicamente elaborados. “Desta forma, estar com os bebês, aceitando o desafio de conviver com suas especificidades, reafirma a necessidade de aprendermos a ver e ouvir suas linguagens.” (OSTETTO, 2008, p.47)

A linguagem escrita é essencial em uma sociedade letrada, daí a importância de provocar na criança a curiosidade como motor propiciador de aprendizagens da escrita. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (FREIRE, 2021. p.33).

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo (BRASIL, 2017, p. 42).

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital (FREIRE, 2021, p. 33).

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa ao objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade, mas não de essência. FREIRE, 2021, p.33)

É possível transformar a curiosidade infantil em momentos de aprendizagens e desenvolvimento em seu processo de humanização. Vygotsky (2007) afirma que a pessoa se constitui como tal por meio das relações sociais com outros indivíduos e com o mundo em um determinado contexto histórico. Nesta relação entre sujeitos a linguagem é importante instrumento de mediação, pois, pela linguagem a criança tem acesso à cultura historicamente construída. Dessa forma, a linguagem atua como mediadora das relações sociais entre os sujeitos.

4 Resultados e Discussão

É necessário socializar e levar a escrita para mais próximo da realidade das crianças, para que possam demonstrar todo seu potencial e suas possibilidades para a aquisição de uma linguagem escrita.

Letramento está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita em que esta, sobretudo por meio do texto escrito, e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem (MORTATTI, 2004. p.98)

A linguagem escrita desempenha um papel fundamental na socialização das pessoas, ela é responsável direta ao acesso à informação; na melhoria, ou desenvolvimento da empatia, contribuindo para que a gente tenha a capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa para sentir o que elas passam quando são expostas a situações como o racismo e o preconceito; a leitura amplia nosso vocabulário e nossa capacidade de comunicação, além de estimular nossa criatividade e imaginação.

As crianças precisam estar imersas na cultura, na arte, na diversidade de materiais, entre livros, revistas, gibis, cartas, e todas as formas possíveis para desenvolver nelas a vontade de entrar naquele mundo, de fazer parte deste meio social, de poder interagir com o mundo da escrita, da comunicação, para que elas possam fazer parte da sociedade, com a possibilidade de transformá-la.

Segundo Mortatti (2004), a escola continua sendo uma das agências privilegiadas, mas não a única, para o processo de aquisição da “tecnologia” da leitura e da escrita e para a promoção do letramento. Porém sabemos que esta aquisição da linguagem escrita também pode ser obtida de maneira informal, no nosso dia a dia, por meio de atividades em nossa própria residência, com o apoio dos pais, e familiares que interagem diariamente com estas crianças.

É preciso compreender a necessidade da linguagem escrita dentro do processo de socialização das crianças, elas precisam passar do processo de internalização familiar, do convívio exclusivo com a seus parentes, e ampliar seu ciclo social para seu desenvolvimento cultural e político dentro da sociedade, e nada mais efetivo para este desenvolvimento que a linguagem escrita, pois nela é possível adquirir uma série de informações e conhecimentos que talvez, dentro de casa, por motivos variados, ela poderia não ter acesso pela limitação de informações possíveis dentro de determinadas classes sociais.

Considerações finais

A partir de minhas inquietações entre o observado na prática pedagógica da pré-escola - em uma vivência proporcionada pelo estágio curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - e a percepção da minha necessidade formativa para compreender o assunto em questão, senti a necessidade de investigar como o debate

acadêmico trata a temática. Uma vez que, como futuro profissional, não pretendo incorrer em equívoco conceituais e desmotivar as crianças com uma prática fundada em atividades escolarizantes tradicionais que treinam os olhos e as mãos dos educandos para o exercício da cópia de letras em um ambiente desvinculado do contexto cultural e vazio de sentidos e significados para as crianças.

No decorrer desta pesquisa ficou claro que a leitura e a escrita são instrumentos culturais valiosos para a formação da autonomia e da conquista da cidadania, considerando que o ato de ler é uma necessidade fundamental do sujeito. Ao optarmos por um trabalho que traz reflexões sobre o que é específico à prática pedagógica da Educação Infantil, queremos destacar o quão imprescindível é perceber a importância de um olhar sensível aos direitos de aprendizagens e desenvolvimento infantil para que o trabalho com a leitura e escrita esteja de acordo com tais especificidades.

Ressaltando que a leitura e a escrita são instrumentos importantes no processo de humanização, socialização e inclusão a diferentes e diversas realidades. Logo, para promover a inclusão social por meio da leitura, é essencial garantir o acesso igualitário a materiais de leitura que promovam o incentivo ao ato de ler. Além disso, é importante oferecer suporte e recursos para garantir que as crianças possam desfrutar dos benefícios da leitura e participar ativamente da vida cultural e social.

Portanto, ressaltamos a importância de que a leitura e a escrita sejam trabalhadas com as crianças a partir de suas realidades culturais, em situações significativas e que possam fazer sentido no uso e na produção da linguagem escrita.

Referências

BAPTISTA, Mônica Correia. A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017.

CAIRUGA, Rosana Rego, CASTRO, Marilene Costa de, COSTA, Márcia Rosa de. (orgs.) **Bebês na escola**: observação, sensibilidade e experiências essenciais. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 68ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de.; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento** – São Paulo: UNESP, 2004

MORTATTI, Maria do Rosário. **Métodos de alfabetização no Brasil:** uma história concisa / Maria do Rosário Mortatti. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.) **Educação Infantil:** Saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2008. (Coleção Ágere).

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros / Magda Soares. - 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 128p

VYGOTSKI, Lev Semenovich, 1896-1934. **A formação Social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.